

## A REVOLUÇÃO NA IMPRENSA E NA VIDA DOS MILITANTES DE LOTTA CONTINUA.

Giulia Strippoli<sup>1</sup>

### RESUMO

O grupo de esquerda “Lotta Continua” nasceu entre 1968 e 1969 pela confluência de militantes do movimento estudantil de Turim e da organização Potere Operaio de Pisa; junto com os grupos Avanguardia Operaia e Pdup-Manifesto, na época da Revolução dos Cravos (1974) foi uma das três organizações mais importantes da esquerda revolucionária italiana. Neste artigo, escolhe-se estudar o relato dos acontecimentos portugueses feito por LC, entre Abril de 1974 até Novembro 1975, com o objetivo de analisar como um dos principais grupos da esquerda revolucionária, que acompanhou os acontecimentos passo a passo e directamente a partir de Portugal, contou o processo revolucionário. Usa-se ainda, embora de maneira reduzida, as histórias e as memórias de dois ex-militantes, com vinte anos na época da Revolução, que não escreveram a história de LC, nem têm tentado interpretar num sentido intimista a experiência de militância. Eles contaram uma história, que nós temos usado para melhor imaginar o clima vivido por esses jovens revolucionários italianos que chegaram para Lisboa e que tiveram o privilégio, entre muitos da sua geração, de participar de um processo revolucionário.

Palavras-chave: Lotta Continua; Revolução dos Cravos.

### THE REVOLUTION IN THE PRESS AND IN THE LIFE OF LOTTA CONTINUA MILITANTS

### ABSTRACT

The left-wing group "Lotta Continua" emerged between 1968 and 1969 from the joining of militants of the student movement in Turin and the organization Potere Operaio from Pisa. Along with the groups Avanguardia Operaia and Pdup-Manifesto, at the time of the Carnation Revolution (1974) it was one of the three most important organizations of the Italian revolutionary left. In this paper, we choose to study the report of Portuguese events led by LC from April 1974 to November 1975, with the aim of examining how one of the main groups of the Italian revolutionary left, which followed the events step by step and directly from Portugal, publicized the revolutionary process. The stories and memories of two former militants in their twenties are also used, albeit in a small way. They did not write the story of LC, they told a story, which we have used to better imagine the experience lived by these young revolutionaries who came to Lisbon and had the privilege, among many of their generation, to participate in a revolutionary process.

Keywords: Lotta Continua, Carnation Revolution.

*Eravamo nel vento, eravamo nell'aria.  
Giovani démoni che si aggiravano per l'Europa.  
L'immateriale promessa di un mondo che non sarebbe mai esistito dopo e che non  
era mai esistito prima.  
Però come daímones avevamo il dono di far paura.  
I nostri avversari se la fecero letteralmente sotto per mesi, e talvolta, anni<sup>2</sup>.*

## 1- Lotta Continua em Portugal

“*Bandiere a lutto per la carogna di Franco, piombo sui giovani antifascisti. La misura è colma*”<sup>3</sup>. Eis o título da primeira página do jornal Lotta Continua<sup>4</sup> no dia 25 de Novembro de 1975; enquanto em Portugal terminava o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974, morria em Itália Pietro Bruno, militante de LC, morto pela polícia ao protestar em Roma pelo reconhecimento da República Popular da Angola. O internacionalismo era parte integrante da teoria e da prática dos militantes de LC; o antifascismo, o anti imperialismo, o conflito de classe ultrapassavam a perspectiva italiana a favor duma concepção global da luta anti burguesa. Por isso, organizavam-se manifestações como aquela em que Pietro Bruno morreu e, por isso, no verão de 1975 a LC organizou duas viagens de Roma para Lisboa. Foram alugados, à TAP, boeings para trazer os militantes revolucionários italianos para ver de perto o que estava acontecendo em Portugal, nos quartéis, nas fábricas, nas terras, nas casas.

Lotta Continua nasceu entre 1968 e 1969 pela confluência de militantes do movimento estudantil de Turim e da organização Potere Operaio de Pisa<sup>5</sup>; junto com os grupos Avanguardia Operaia e Pdup-Manifesto, na época da Revolução dos Cravos foi uma das três organizações mais importantes da esquerda revolucionária italiana. Neste artigo, escolhe-se estudar o relato dos acontecimentos portugueses feito por LC, entre Abril de 1975 até Novembro 1975, com o objetivo de analisar como um dos principais grupos da esquerda revolucionária, que acompanhou os acontecimentos passo a passo e directamente a partir de Portugal, contou o processo revolucionário.

No entanto, não foi apenas o seu jornal, nem era apenas uma organização de líderes – carismáticos e não - que contaram a história da organização e que têm tido a atenção de historiadores e jornalistas. Para melhor entender a experiência de LC em Portugal usamos também – embora de maneira reduzida- as histórias e as memórias de dois ex-militantes, com vinte anos na época da Revolução, que não escreveram a história de LC, nem têm tentado interpretar num sentido intimista a experiência de militância. Eles contaram uma história, que nós temos usado para melhor imaginar o clima vivido por esses jovens revolucionários italianos que chegaram para Lisboa e que tiveram o privilégio, entre muitos da sua geração, de participar de um verdadeiro processo revolucionário.

## 2 - O jornal e os Militantes entre Abril 1974 e Novembro 1975

A 26 Abril de 1974, o artigo de LC dizia: “Golpe militar em Portugal. Caetano substituído por uma ‘Junta de Salvação Nacional’ com o General Spínola”. Trata-se de um relatório bastante neutro, que cobre os acontecimentos do dia 25 de Abril, através do comunicado da imprensa enviado dos militares apresentado de madrugada e a renúncia de Caetano antes do ultimato das 13 horas estabelecido pelo MFA. O texto está em consonância com o título, uma vez que faz referência aos ingredientes de um golpe das forças armadas. O artigo destacava o papel de Spínola e relatava criticamente a biografia

do general, pelo compromisso com o Estado Novo - em Portugal e na repressão dos movimentos anticoloniais - e pelo seu projecto neocolonial.

No dia seguinte, para além dum relatório sobre as primeiras iniciativas da JSN relativas à libertação dos presos políticos, o jornal fornecia uma análise política do novo cenário e sublinhava a importância de considerar as contradições abertas pela queda da ditadura. LC afirmava que o facto de Spínola não ser um revolucionário, nem um democrata progressista – mas uma personagem grata aos americanos e aos neocapitalistas portugueses - implicava o risco de que a sua aura de salvador influenciasse as massas: “Num país desinformado e aterrorizado durante meio século de ditadura (...) sobre as teses políticas de Spínola transferiu-se a esperança popular duma saída. Milhares de portugueses acabaram por pensar nele (...)”.

Os repetidos alertas sobre a suposta “liberalidade” e sobre o antifascismo de fachada do general deixavam, contudo espaço aos elementos mais positivos do 25 de Abril: a reabertura da dialética de classe dentro da Península Ibérica; a desaceleração do projecto de reconquista colonial da África austral, a vitória da luta armada dos povos em Angola, Mozambique, Guiné-Bissau<sup>6</sup>. Nos dias seguintes, o jornal continuou a publicar artigos sobre as consequências do golpe, em dois eixos centrais: o crescimento do movimento das massas em Portugal e a atitude neocolonial de Spínola, confirmada pelas palavras do general e pelo facto de os bombardeamentos em Africa não estarem acabados<sup>7</sup>.

O relatório sobre o 1.º de Maio foi muito positivo e LC exaltou, sobretudo, a composição popular da manifestação, em comparação com a do 25 de Abril; sublinhava-se então a presença da classe operaria, de mulheres e homens proletários, dos soldados, dos estudantes e dos profissionais, e evidenciava-se que os partidos estavam presentes mas não predominantes na manifestação. Sobre os discursos dos representantes políticos e sindicais eram citadas as palavras de Soares sobre o avanço duma democracia socialista; contestava-se Cunhal por ter sido demasiado cauto e por ter atacado a esquerda radical, para concluir que o dirigente do PCP tinha sido “sinceramente decepcionante”<sup>8</sup>.

Os artigos de LC não estão assinados, mas foi Franco Lorenzoni que escreveu este relatório sobre o 1.º de Maio. Ele tinha chegado a Lisboa logo depois ter conhecido a notícia do fim do Estado Novo. Lembra-se do 1.º de Maio como uma autêntica explosão de felicidade e como uma manifestação única e extraordinária pela participação da inteira população: “a maior parte dos portugueses nunca se tinham manifestado antes, os slogans gritados pareciam mais coros de estádio de que frases políticas, a espontaneidade da alegria pela fim da ditadura era viva, era tangível”<sup>9</sup>.

Poucos dias depois do 1.º de Maio, o jornal dedicava uma página à situação portuguesa, com relatórios sobre os acontecimentos mais recentes e uma reflexão política. Os artigos contavam sobre a ocupação das casas, uma assembleia dos metalúrgicos, expulsões de fascistas nas escolas e nas universidades e caças aos «pides». A análise política concentrava-se no papel da classe operária como foco do processo que estava a começar em Portugal, e no peso decisivo do proletariado na mudança do regime:

Na crise da transição da gestão fascista de espoliação capitalista à formação duma sociedade burguesa, ‘democrática’, a classe operaria, o proletariado pode não ser unicamente o aliado necessário e subordinando, mas conquistar - a partir do choque antifascista e da liquidação dos instrumentos do antigo terror (a destruição total da PIDE), com a recuperação das lutas nas fábricas e em cada aspeto da vida social – a sua própria autonomia, numa fase em que não está em jogo o poder ou a tomada do poder, mas a capacidade de quebrar uma forma de dominação

e de impedir a burguesia de resolver as suas contradições com a tentativa de substituí-la com outra<sup>10</sup>.

O jornal fornecia relatórios sobre os acontecimentos na capital, com referências pontuais às lutas e reivindicações de operários, empregados, camponeses. Sobre as forças políticas e as dinâmicas entre estas, o juízo da LC foi cortante desde o começo de Maio 1974: Spínola, Champalimaud, Sá Carneiro eram reacionários atrás da bandeira da ‘social-democracia’; LC ressaltava também que o risco de que estas forças tomassem conta do MFA assustava o PCP, que se sentia então ‘cercado’, dum lado pelo movimento das massas, do outro pela JSN. Em relação a Soares, o jornal afirmava que ele viajava pela Europa para se apresentar como o homem do capital europeu. Neste quadro péssimo das forças políticas, LC destacava, porém, a confiança nas massa populares:

Os partidos estão a definir os seus próprios programas, mas é o movimento das massas que está a estabelecer as relações de força. Este movimento sabe amarrar o antifascismo às reivindicações da classe. Só a sua autonomia é hoje garantia de democracia e da liberdade de lutar<sup>11</sup>.

Ao longo do mês de Maio, a análise do jornal torna-se mais interessante, no momento em que os artigos revelam ter uma tríplice dimensão: a primeira é a dos relatórios pontuais sobre a situação, o papel da JSN na preparação do governo provisório, as lutas sociais e os acontecimentos em África. A segunda diz respeito a uma análise abrangente sobre os partidos e a classe operaria, numa perspectiva não limitada ao caso português. Trata-se por exemplo da reflexão sobre a alternativa entre a reconstrução nacional e a luta de classe. LC, de facto, criticava a retórica da unidade nacional (e a comparação com a queda do fascismo em Itália era parte desta retórica) e acusava a insistência dos ‘burgueses e revisionistas’, dos ‘imperialistas’ e dos ‘progressistas’ sobre os conceitos de paz, harmonia e concórdia para exorcizar a presença, na Europa, numa situação que podia facilmente transformar-se numa crise revolucionária.

LC argumentava que dois elementos iam impedir a transição para uma democracia pluralista: a crise capitalista na Europa e a derrota na guerra colonial; para além disso, o jornal explicava que as duas principais frentes da luta - a luta dos povos em África e as lutas de classe em Portugal - podiam juntar-se. LC fazia ligações entre Portugal, a situação francesa dos anos cinquenta e a experiência chilena, e por isso via na situação portuguesa um cenário que assustava a burguesia europeia e dos Estados-Unidos: “Nunca na Europa do pós guerra houveram condições tão avançadas como aquelas que existem hoje em Portugal para realizar a unidade dos proletários em luta com as massas dos soldados e com os oficiais das categorias inferiores”<sup>12</sup>.

Os militantes italianos ainda tinham os olhos nas grandes movimentações do fim dos anos 1970, na rutura de muitos comunistas com o PCI, na ideia que as transformações eram possíveis, também por um gatilho puxado pelo exército:

A Revolução foi a mais curiosa personificação do 1968. Os capitães, os jovens que perderam a guerra, eram pessoas de grande abertura moral e de grande ingenuidade até. Eram pessoas de quem queriam mudar a realidade de verdade, que pensavam ter feito tudo errado, que julgavam pertencer a um corpo que estava a fazer tudo errado. Olhavam para os movimentos de libertação. Pertenciam a um exército colonial e dentro das suas consciências pensavam: ‘os nossos inimigos são os melhores’<sup>13</sup>.

A terceira dimensão do interesse dos artigos tem a ver com as conexões transnacionais e a circulação de ideias e pessoas, com a existência duma rede europeia directamente ligada também aos factos dramáticos e perturbadores da história italiana (como as responsabilidades dos serviços secretos italianos e internacionais no massacre de Piazza Fontana), num eixo que - através do francês Yves Guérin Sérac - ligava a Aginter Press de Portugal, com a OAS, a guerra colonial em África, os neofascistas italianos e os serviços das informações italianos e estrangeiros<sup>14</sup>.

Durante o mês de Junho 1974, LC continuou a exprimir posições críticas sobre a prossecução da guerra colonial e também sobre o PCP, acusado de alertar a população para que esta fosse moderada e de criticar as forças de esquerda com a justificação do perigo ‘contrarrevolucionário’<sup>15</sup>. A luta social em Portugal e a guerra colonial mantinham-se como pontos centrais da análise de LC; o PS e o PCP eram acusados de tentativas para disciplinar lutas e de cometer erros políticos em relação a África; para além disso, eram considerados culpados de menosprezar os movimentos africanos, os quais, com as suas vitórias, tinham permitido o regresso deles para Portugal com a qualificação de antifascistas<sup>16</sup>.

Em Julho - Agosto 1974 o jornal concentrou-se na situação colonial, porque, apesar das declarações do II Governo Provisório entorno do direito à independência, em Angola continuavam os assassinatos dos negros pelos racistas brancos e a JNS e Spínola eram acusados de ter elaborado um plano neocolonial para manter Angola – a mais rica das colónias – como uma zona de pilhagem ao serviço do capital multinacional. No final de Agosto 1974, LC fez um balanço dos primeiros meses depois do golpe de Abril, focado no aumento da politização e da luta de classes, na passagem do I ao II Governos Provisórios (18 de Julho 1974), na descolonização e no MFA. Este balanço sublinhava que a multiplicação das reuniões, das manifestações, das escritas nos muros, das greves, da difusão dos panfletos, etc., eram o signo dum processo mais profundo. O artigo dava também notícias sobre o fim do governo de Palma Carlos e a tentativa de golpe de Spínola, evitado pelo MFA, que tinha posto como novo primeiro ministro Vasco Gonçalves.

O jornal sublinhava depois o processo de deslocação à esquerda do MFA em relação à descolonização e à liberalização democrática. Atribuía-se aos operários o papel principal nas lutas, numa perspectiva não unicamente portuguesa, mas europeia, na ocupação das fábricas, no controle dos ritmos do trabalho, nas expulsões dos fascistas e nas reivindicações para salários iguais, que tinham feito amadurecer um “nível de autonomia e de força operária desconhecida não só na história do movimento operário português, mas surpreendente e extraordinariamente no contexto da luta de classes nos últimos anos na Europa”<sup>17</sup>.

Esta exaltação da classe operária deu-se no mesmo momento do violento ataque pelo Governo aos trabalhadores. Havia greves em rápida sucessão; só em Lisboa havia mais de 60 fábricas ocupadas e neste contexto o Governo aprovou uma lei que proibia as ocupações dos sítios de trabalho e obrigava os trabalhadores à apresentação dum pré-aviso de 37 dias durante os quais era preciso negociar com o patronato; de facto, com a retórica da concessão do direito de greve, tentava-se eliminar o controlo operário nas fabricas e criar um clima de pacificação. O mesmo decreto lei votou a nacionalização de três bancos. Os eventos dum lado refletiam as mudanças de esquerda no seio do MFA, do outro demonstravam que a área spinolista estava a tentar evitar o conflito e o avanço da luta. Entretanto, os EUA utilizavam a proposta das nacionalizações para o ataque contra o PCP e a suposta vontade do partido de instaurar uma ditadura. LC sublinhava o embaraço e o silêncio do PCP no que respeitava a lei do direito à greve e destacava, pelo contrário, a

posição do PS contra todos os outros partidos e contra a lei que passava a regulamentar as greves<sup>18</sup>.

No dia 6 de Setembro, o Governo assinou os acordos de Lusaka com o FRELIMO que decretavam a independência do Moçambique para o dia 25 de Junho 1975; no dia 8 de Setembro, o Governo de Vasco Gonçalves reconheceu a independência da Guiné-Bissau. LC deu muito espaço às notícias e relatou os acidentes provocados pelos fascistas em Lourenço Marques e sobre as tentativas de instauração dum governo neocolonial. No começo de Setembro, por toda a Europa organizavam-se as manifestações de apoio ao Chile e os militantes italianos de LC participaram na preparação da manifestação em Lisboa com os militantes da esquerda revolucionária portuguesa da LUAR, do PRP e do MES. A situação geral em Portugal continuava a ser caracterizada pela agitação social e pelas tentativas das forças conservadoras de acabar com os conflitos e a radicalização das lutas, e de isolar as componentes mais de esquerda dentro do MFA.

Neste cenário, os operários navais da Lisnave começaram uma greve que originou uma grande manifestação que saiu do estaleiro para se derramar nas ruas de Lisboa; LC descreveu a ‘combatividade sem precedentes’ dos trabalhadores e atacou o PCP, por ter tentado manobras de divisão e pela política ‘aberrante’ e ‘suicida’ do partido, que no Avante! tinha falado dos operários como inimigos da classe operária<sup>19</sup>. Quando o general Spínola tentou reunir as forças conservadoras para virar para a direita o Governo por meio da manobra da chamada ‘maioria silenciosa’ no dia 28 de Setembro, LC atacou ainda uma vez o PCP. O partido de fato tinha chamado a população para vigiar a iniciativa reacionária de Spínola e LC sublinhou que, se até àquele ponto o PCP se tinha esforçado para conter o movimento das massas, naquele momento fazia apelo aos mesmos trabalhadores que tinha chamado de ‘aventuristas’ e ‘extremistas’<sup>20</sup>.

Como se sabe, a iniciativa spinolista foi derrotada pela mobilização popular, pelo MFA, pelas forças antifascistas que impediram o golpe reacionário e constringiram Spínola às demissões e à sua substituição pelo general Costa Gomes. Para além do jornal LC, Franco Lorenzoni escreveu sobre os primeiros meses da Revolução também na revista *Quaderni Piacentini*, que publicara um artigo dele sobre os acontecimentos portugueses entre Abril e Setembro, onde era evidente e clara a análise sobre a mudança das relações de força:

Em 25 de Abril foram os proletários que se juntaram nas praças aos tanques que libertavam o País do fascismo. A 28 de Setembro foram os soldados que se juntaram às barricadas dos operários. (...) O fascismo foi derrotado duas vezes. (...) Em cinco meses a luta de classe tinha mudado os termos da batalha institucional. Já não democracia contra fascismo, nova colaboração de classes contra velhas formas de repressão e tirania; mas choque aberto entre as classes. Luta pela democracia, contra o capitalismo<sup>21</sup>.

Depois do 28 de Setembro 1974, começou uma nova fase da Revolução. O aumento da influencia de Otelo Saraiva de Carvalho, chefe do COPCON, as expulsões no seio da JSN, as prisões dos elementos reacionários que tinham planeado o golpe fizeram com que a situação mudasse completamente. A análise da situação de LC concentrou-se na radicalização da luta anticapitalista no interior do exército e na abertura de espaços de luta ainda maiores para as massas. LC reconhecia a extraordinária capacidade de luta demonstrada pela esquerda dentro do exército e pelo PCP, e argumentava que os proletários – reconhecidos como força autónoma mas ainda não bem organizada por causa

da curta duração do processo revolucionário –podiam utilizar a força do PCP para se inserir nas contradições da burguesia<sup>22</sup>.

Os jovens militantes italianos fascinaram com Otelo; Franco Lorenzoni lembra a bondade, a personalidade naïve, a transparência, até a ingenuidade dele, na encarnação daquele paradoxo que só se pode verificar numa situação extraordinária: “Otelo tinha unicamente um slogan: ‘O povo tem sempre razão’. E agia assim. Era uma situação em que a polícia dizia: quem se revolta tem razão. E fornecia os instrumentos para se revoltar”<sup>23</sup>. Foi assim que o Franco Lorenzoni ligou para o Otelo e pediu de ocupar uma casa para fazer uma associação de amizade revolucionária Itália-Portugal. O COPCON deu uma casa e o que era necessário. Desde então a casa da rua do Prior (dantes propriedade da família Espírito Santo) foi o ponto de encontro para os militantes italianos que vinham para Portugal para ‘ver’ a revolução.

Na rua do Prior os homens do COPCON trouxeram madeira de mogno porque os ocupantes precisavam de fazer bancos para se sentarem e lembram-se ainda hoje do embaraço do Donato, o mais velho do grupo, um reformado de Turim, que ia trabalhar aquela madeira fina. Na casa da rua do Prior, os equilíbrios entre as forças políticas são até ocasião de brincadeira: “Precisávamos de água e de luz. Um camarada disse que ter água ia ser fácil, porque a água era revolucionária, enquanto a luz era reformista...O comité de trabalhadores que tomavam conta da sociedade da eletricidade era do PCP (...)”<sup>24</sup>.

Franco Lorenzoni e os outros tinham a sensação de viver num mundo de cabeça para abaixo; eram fascinados pelo Otelo porque ele estava em jejum na política, porque agia de maneira diferente com respeito aos clássicos golpes de Estado, que estabelecia logo a censura e o recolher obrigatório; aos militantes italianos parecia viver dentro dum conto de fadas, onde “(...) a polícia desejava mais ajudar o povo, do que o povo tinha vontade de ser revoltar. Foi preciso um ano desde 25 de Abril para que as pessoas percebessem o que era possível fazer”<sup>25</sup>.

No começo do 1975, durante I Congresso Nacional de LC, um representante da esquerda revolucionária portuguesa fez um balanço dos dez meses sucessivos de 25 de Abril; forneceu uma interpretação do 28 de Setembro como a abertura duma nova fase, por causa da inserção direta da luta na crise capitalista. O ponto central da intervenção do camarada português ao Congresso era o nível de desenvolvimento do movimento operário. A lista dos objetivos imediatos juntava-se à crítica aos “revisionistas” (PCP), ao Governo Provisório e ao MFA, porque não tinham posto em causa as verdadeiras fortalezas do capital monopolista.

Os exemplos citados para demonstrar a força da luta dos trabalhadores eram a Lisnave<sup>26</sup>, a TAP, a fábrica têxtil Cambournac e a Siderurgia Nacional. Vinha depois a pergunta: ‘porque não se faz a revolução?’. A resposta não continha hesitações. Baseava-se na desarticulação política do movimento operário e acrescentava que, na situação da crise, para não sofrer derrotas, tinha que se superar o problema da organização: “(...) os camaradas europeus devem ter consciência da força operária e da revolta popular em Portugal. Neste momento já não é possível avançar sem centralização, sem um programa, sem uma tática. Trata-se do problema do partido”<sup>27</sup>. Poucos meses após a consolidação do poder do MFA, o anúncio pelo PCP das nacionalizações e o começo da reforma agrária abriu uma nova fase no processo revolucionário.

A iniciativa do 11 de Março dos oficiais spinolistas que tentaram ocupar militarmente o quartel RAL 1 foi derrotada outra vez pelo MFA e pela mobilização popular. No artigo dedicado aos eventos portugueses, LC atacou a DC (democracia cristã) italiana que conduzia entretanto uma campanha anticomunista e anti MFA. Ainda uma vez, a interpretação de LC era de nível europeu:

[...] os eventos acontecidos ontem em Lisboa marcam uma mudança política decisiva, não só em Portugal, mas na Europa; a visceral campanha anticomunista da DC na Itália, os apelos históricos, em todas as capitais europeias, para ‘salvar a democracia’, na tentativa desesperada de reverter o curso das coisas, e de ocultar a verdade, demonstra a forte e imediata ligação entre a luta de classes e a revolução nos países europeus<sup>28</sup>.

Nos dias seguintes, LC acompanhou as mudanças ao nível institucional, a substituição do Conselho de Estado pelo Conselho da Revolução, o início das nacionalizações<sup>29</sup>, a extraordinária manifestação espontânea no dia do funeral do soldado que foi morto durante a tentativa do golpe do 11 de Março. No relato sobre as forças em jogo, LC evidenciava uma importante alteração:

[...] pela primeira vez os soldados eram protagonistas autónomos, como parte consciente do proletariado dentro das Forças Armadas. Pela primeira vez, numa manifestação de dezenas de milhares de proletários, nem um slogan era para apoiar o MFA. Os operários já não confiavam no antifascismo do Governo e nos vértices militares, a subordinação política e hierárquica dos soldados aos capitães e milicianos desaparecia. Na maneira em que os operários olhavam para os soldados que saíam do quartel, armados pela primeira vez, mas livres de condicionamentos, havia a convicção da necessidade daquele aliado naqueles acontecimentos verdadeiramente perturbadores<sup>30</sup>.

O jornal oferecia também uma reflexão política sobre a democracia burguesa e a necessidade da ditadura do proletariado (o PCP poucos meses antes tinha eliminado esta expressão do seu estatuto)<sup>31</sup>:

[...] há o perigo real que Portugal passe duma ditadura à outra, da ditadura selvagem e bestial da exploração à ditadura revolucionária do proletariado. (...) A classe operária portuguesa e o proletariado estão a escrever novamente estas palavras e com clareza, não num estatuto, mas na realidade<sup>32</sup>.

Os comentários sucessivos de LC iam na mesma direção: focavam os artigos na pressão das massas para a radicalização do processo revolucionário, através das expulsões, das nacionalizações, da verdadeira fuga dos burgueses para o aeroporto de Lisboa; falavam também da chamada ‘moderação’ do PCP, tendo em vista as eleições do dia 25 de Abril 1975. Para, além disso, LC, relatava sobre as organizações políticas e sindicais italianas, com particular atenção ao PCI, acusado de ser “a expressão de mais falência das contradições explosivas existentes dentro do movimento revisionista internacional”<sup>33</sup>.

No começo de Abril, uma delegação de LC organizou uma conferência de imprensa em Lisboa, que foi depois difundida nas rádios e nos jornais. Os operários de duas importantes fábricas italianas, Pirelli e Alfa Romeo, fizeram as suas intervenções sobre o processo revolucionário português, a força do proletariado, o PCI e os vértices sindicais. Em geral, LC expressou o seu apoio para que Portugal não fosse ‘O Chile da Europa’<sup>34</sup>.

O início da campanha eleitoral para as eleições da Assembleia Constituinte multiplicou as iniciativas de luta, que LC relatava em detalhe, com valorizações da força do proletariado e críticas aos travões do PCP às greves. O partido era criticado também pela assim chamada linha ‘economicista’ e pelos sacrifícios que pedia aos trabalhadores. LC fazia depois apelos ao proletariado italiano e às forças políticas para que manifestassem



uma real solidariedade para com o processo revolucionário português e as lutas. LC organizou também uma manifestação em Roma de apoio a Portugal, com a palavra de ordem ‘Portugal não será o Chile da Europa!’; nos dias precedentes a manifestação, o jornal dedicou uma grande atenção às mobilizações de massas e às expulsões dentro de vários movimentos. Os artigos exprimiam a sensação de viver dias de alegria, num clima geral de solidariedade internacionalista; a manifestação romana foi um grande sucesso de apoio ao processo revolucionário português, de denúncia do fascismo, da reação e do colonialismo, de exaltação das lutas operárias.

A vitória do PS e do PPD nas eleições de Abril respondia às previsões de LC, que comentou os resultados com uma entrevista aos trabalhadores do porto de Lisboa. Nos dias seguintes, o jornal ocupou-se, sobretudo das mobilizações para o 1.º de Maio e da situação africana (em Angola, nos mesmos dias das eleições houve graves choques, com centenas de mortos e feridos), das reuniões dos trabalhadores e dos acontecimentos que estavam a criar uma rotura na situação institucional - definida como ‘pantanosas’ pelo jornal de LC - ou seja, o decreto das nacionalizações da indústria do cimento, do tabaco e da celulose e as demissões dos dois oficiais implicados na tentativa de golpe do 11 de Março.

Nos meses sucessivos, LC seguiu por perto os casos do jornal República e da Rádio Renascença<sup>35</sup> e o avanço das lutas operárias, como aquela dos trabalhadores da Lisnave que em Junho fizeram outra grande manifestação para pedir as demissões da Assembleia Constituinte e dos membros do poder judiciário. Os militantes italianos ficavam espantados pela confiança dos trabalhadores portugueses na possibilidade da transformação:

Não se tinham manifestado durante o fascismo. Agora que manifestavam, tinham sempre que obter algo. Surpreendiam-se quando nós contávamos sobre manifestações onde não tínhamos obtido nada. Tinham a ideia que a revolução era fácil, que era possível<sup>36</sup>.

O começo do verão caracterizava-se pela crise do governo<sup>37</sup> e LC denunciava as provocações e as iniciativas da direita, mas também a incerteza política exemplificada pelo papel do PCP e as suas propostas de medidas consideradas revisionistas como a criação dos Comités da Defesa da Revolução, interpretados como uma forma de contraposição aos Comités Revolucionários de Operários, Soldados e Marinheiros. O cenário descrito pelo jornal de LC no fim de Junho, começo de Julho, era muito claro: havia um movimento de massas que, através as lutas nos sectores dos transportes e das comunicações estava a demonstrar o seu radicalismo e LC previa no imediato futuro um confronto entre duas alternativas:

Nunca pareceu tão claro como nesses dias que o verdadeiro motor da revolução é a classe operária. O MFA e o Conselho da Revolução, enquanto as massas avançavam, foram enfrentados por uma escolha: desistir da fachada da unidade, ou, na tentativa de conservar a todo o custo esta unidade, através dum compromisso, desistir do papel de direção que tiveram no passado. (...) Uma nova aceleração do processo revolucionário ou uma forte involução através a repressão das lutas: eis a alternativa que se abre hoje em Portugal<sup>38</sup>.

O momento parecia verdadeiramente decisivo: no dia 6 de Julho – pela terceira vez na mesma semana - os trabalhadores manifestaram e pediram a instituição dos tribunais populares depois da fuga de 88 «pides» da prisão de Alcoentre e ao mesmo tempo reivindicaram o poder operário dentro das fábricas. LC sublinhava que, pela primeira vez, a esquerda revolucionária dos grupos MES, PRP, UDP, LCI (fazia exceção o MRPP,

evidenciava, polémico, o jornal) tinha-se apresentada unida no apoio e na solidariedade aos trabalhadores. Houve também a assembleia do MFA, que devia decidir as formas concretas da ‘Aliança Povo – MFA’; a decisão do Movimento da nacionalização do grande polo industrial da CUF e o reconhecimento dos organismos populares autónomos – tal como as comissões operárias e os comités dentro dos bairros – foi acolhida por LC como uma inversão de tendência com respeito às incertezas dos últimos períodos dentro do MFA, também pela prevalência, dentro do Conselho da Revolução, de alguns componentes moderados. A análise acrescentava também que se estava a dar uma verdadeira reversão em prol da participação operária, com respeito ao ‘produtivismo’ expresso pelo PCP.

No começo do ‘verão quente’ de 1975, enquanto se festejava a independência de Moçambique (dia 25 de Junho), de Cabo Verde (dia 5 de Julho), de São Tomé e Príncipe (dia 12 de Julho), o PS criava uma crise política e deixava o IV Governo Provisório; entretanto, em Angola, novos choques provocavam novos massacres. LC sugeria então dois possíveis cenários: o começo duma guerra civil prematura, ou o fim das provocações reacionárias, mesmo se – acrescentava o jornal – provavelmente nem uma hipótese nem outra fossem acontecer. Era, porém, claro que era um momento de choque frontal.

A assembleia do MFA escolheu Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo de Carvalho como membros para criar um Governo de emergência. Enquanto o jornal relatava sobre a incerteza da situação e acompanhava com preocupação as notícias provenientes de Angola, LC organizou uma manifestação em Lisboa e uma campanha de solidariedade internacional para apoiar a “luta revolucionária do proletariado português para o socialismo” como diziam os manifestos da convocatória.

Foi durante este verão quente que vieram para Portugal centenas de militantes e simpatizantes de LC, para passar as férias no “País mais livre da Europa”, tal como dizia o slogan criado pelo Franco Lorenzoni. Entre os militantes chegou a Lisboa Sandro Moiso, que tempo depois decidiu narrar a sua experiência:

Chegávamos para Portugal para ver o nascimento dum novo mundo. Para além das motivações daqueles que nos enviaram, a nossa razão era aquela. Já há vários anos que estávamos à espera e se calhar aquela ia ser a vez certa. Sentíamos que eramos militantes da Revolução. E não importava qual fosse<sup>39</sup>.

Quando, no começo de Agosto, se formou o V Governo Provisório, LC não hesitou em declarar que ia durar muito pouco, e refletia sobre a questão mais importante, ou seja, se ia cair da esquerda ou da direita, tendo também em consideração as novidades do documento publicado pelas componentes moderadas das Forças Armadas reunidas em torno do Melo Antunes<sup>40</sup>. Dentro dum cenário incerto e bastante sombrio, a manifestação do dia 21 de Agosto em Lisboa foi exaltada por LC como signo da força dos operários e das vanguardas que nos últimos tempos se tinham demonstrado mais fracas. O jornal evidenciava também a novidade do evento, considerando uma nova vontade política das massas:

[...] desta vez não houve folclore nenhum e pela primeira vez os soldados não traziam cravos nas suas fardas. A gravidade do momento faz com que o entusiasmo dos proletários seja menos alegre e mais combativo, tenso até, finalmente [os proletários] vêm a sua própria força. Uma manifestação com características ofensivas que demonstra, na violência da longa e metódica repetição das palavras de ordem antifascistas (...), uma vontade de combater que, desde há muito tempo, ia a procura duma indicação a fim de se difundir<sup>41</sup>.

No final do Agosto, o clima geral registou um incremento de tensão por causa da multiplicação dos assaltos às sedes do PCP e do MDP e o entusiasmo para com a manifestação de 21 de agosto espirou rapidamente, por causa de uma outra manifestação que devia ser uma primeira expressão de experiência da Frente unitária, criada entre a esquerda revolucionária e o PCP, e que o MES tinha apresentado como uma viragem histórica no processo revolucionário. LC argumentava que, neste cortejo, a presença do PCP tinha sido preponderante, que o PRP tinha abandonando a manifestação antes dos comícios de encerramento e que, em geral, a frente era inconsistente, considerada a heterogeneidade dos componentes<sup>42</sup>.

No fim do mês, Vasco Gonçalves foi removido do cargo de primeiro ministro e começaram as consultas para a formação do VI Governo Provisório; entretanto o PCP tinha saído do projeto da Frente unitária, o que LC interpretou como uma possibilidade de nova unidade e autonomia para as forças revolucionárias:

O PCP encontra-se hoje suspenso no ar (...). As improvisações viradas para direita e para esquerda surgem desta linha de ocupação do poder, da separação das massas, dos métodos facciosos e sectários para aproveitar todas as alavancas do poder, incluídas aquelas que permitem o controle da classe operária. (...) Mesmo dentro do drama dos revisionistas, que irá ter consequências nos movimentos das massas, há afinal um sinal de fraqueza da política dos revolucionários. A capacidade de construir uma direção mínima do movimento que nesta fase não pode ser uma direção de partido pode ser uma coordenação entre as forças revolucionárias<sup>43</sup>.

Na manifestação dos SUV (Soldados Unidos Vencerão), no Porto, sob os slogans 'Portugal não será o Chile da Europa', 'Os soldados sempre ao lado do povo' houve um clima de grande solidariedade entre soldados e proletários, que LC interpretou como o sinal duma vontade e dum poder populares ainda fortes, apesar da divisão profunda e insanável dentro das Forças Armadas e das negociações para a formação do Governo, que faziam prever um deslocamento para a direita. A assembleia extraordinária do exército no dia 2 de Setembro e aquela do MFA no dia 5 –ambas reunidas em Tancos - decretavam o fim da influência 'gonçalvista' e uma viragem para a direita dos vértices das forças militares.

Em meados de Setembro tomou posse o VI Governo Provisório, que juntava o PS, o PPD e o PCP; o jornal de LC descrevia a situação como uma vitória do imperialismo e da social-democracia ao nível europeu, e uma tentativa da redução da luta de classes conforme aos pensamentos burgueses<sup>44</sup>. A partir do dia seguinte, o jornal começou a difundir a notícia duma iniciativa organizada na Itália, em conjunto com os grupos Avanguardia Operaia e Pdup-Manifesto, de apoio às organizações da esquerda portuguesa, em simultâneo com outras iniciativas europeias.

O comitê nacional de LC dedicou então uma atenção especial à situação portuguesa, com uma análise detalhada do momento e das forças políticas e sociais, focada na ofensiva das forças reacionárias, no papel do PCP, na maturidade do movimento de classes, e na questão da direção do partido, considerada por LC como o ponto central em torno do qual a esquerda revolucionária portuguesa se devia confrontar.

LC considerava também as aberturas e as possibilidades para um novo ímpeto do proletariado, graças à dissolução do MFA e à crise do PCP, num momento que, argumentava LC, o movimento podia ganhar força no sentido da unidade e da autonomia.

Outro ponto interessante na análise da situação era a relação instituída entre o PCP e o PCI do pós-guerra:

[...] a direção revisionista oscilou descontroladamente (...). Nesta oscilação manifesta-se a relação de mútua integração entre a linha insurreccionista e a linha reformista do revisionismo, analogamente à expressão destas duas tendências dentro do PCI depois no pós guerra. Em última análise, o insurreccionismo de aparelho e perdedor do PCP destinava-se à alimentar e reforçar a prevalência da linha reformista<sup>45</sup>.

Face às mobilizações nos dias sucessivos à tomada de posse do VI Governo Provisório, o jornal continuou a sublinhar a força dos trabalhadores e dos soldados e, na ocasião duma nova manifestação dos SUV, dedicou uma nova análise à situação geral do País que, se dum lado lembrava a dissolução do MFA e o avanço da direita, do outro lado via no momento decisivo de Tancos uma viragem que podia influenciar a organização revolucionária do proletariado:

A burguesia portuguesa, as forças aliadas do imperialismo do exterior, sob a máscara da social-democracia conquistaram uma importante posição. (...) O novo poder que o proletariado português se vê elevar contra ele, é suficientemente definitivo para ser reconhecível, mas não é tão forte que não possa ser enfrentado. O proletariado perdeu a posição de vantagem, que tinha conquistado sozinho (...). A tendência para a organização de massas e para a unidade da classe nunca foi tão forte. É com esta tendência, contra um poder ainda fraco e dividido que, dia-a-dia, a construção do partido revolucionário está a fazer o seu caminho<sup>46</sup>.

Durante o mês de Outubro LC dedicou uma grande quantidade de artigos às manifestações populares e à insubordinação dos soldados às ordens do novo Governo e à nova disciplina imposta nos quartéis. O jornal exprimiu graves acusações a Mário Soares e ao PS, mas sublinhou também as responsabilidades da esquerda socialista italiana e da direção do PCI, considerada culpada de oferecer total e incondicional apoio ao Soares<sup>47</sup>. No dia 13 de Outubro, o primeiro ministro Pinheiro de Azevedo deu um ultimato duma semana para o restabelecimento da ordem e da disciplina militar nos quartéis; preparava-se entretanto uma nova manifestação dos SUV. A insubordinação dos soldados e as manifestações operárias continuavam a criar uma situação incandescente e LC relatava detalhadamente os episódios de solidariedade entre soldados e operários em Lisboa, Porto, Évora; o Governo de Azevedo parecia bastante fraco e as notícias que vinham da frente de luta angolana faziam supor que o cenário revolucionário não ia acabar<sup>48</sup>.

Em meados de Outubro, LC sublinhava ainda mais uma vez a ofensiva das massas no País, declarava que a revolução avançava e denunciava os alarmes lançados pelos partidos burgueses sobre a hipótese dum golpe de Estado orquestrado pelos ‘gonçalvistas’, supostamente proubo até ao dia 11 de Novembro, a data da independência da Angola. Os artigos dos últimos dias de Outubro contêm notícias sobre a fraqueza do Governo de Azevedo e títulos como “Portugal: avança a revolução”<sup>49</sup> ou “Extraordinário aumento do poder popular”<sup>50</sup> não parecem um exagero se considerarmos a continuação e a força, naquela altura, das manifestações de massa.

No dia 13 de Novembro, depois duma greve começada no Alentejo pelo contrato de trabalho, os operários da construção civil fizeram uma grande manifestação nas ruas de Lisboa e chegaram até São Bento, onde cercaram a Assembleia da República; os deputados foram sequestrados durante um dia e o assédio terminou só depois de Azevedo ter assinado todos os termos do acordo. Este evento foi valorizado por LC pelo impacto que tinha tido

sobre o Governo mas, sobretudo, pela novidade da modalidade da luta ou seja a greve geral, que - argumentava LC – demonstrava a força da autonomia operária dentro do País<sup>51</sup>.

No dia 20 de Novembro, o Conselho da Revolução destituiu Otelo Saraiva de Carvalho do comando da região militar de Lisboa e substituiu-o por Vasco Lourenço; entretanto, o Governo anunciou a suspensão das suas atividades “por falta de condições de segurança”. Na manhã do dia 25 de Novembro, os paraquedistas de Tancos ocuparam as bases aéreas e a primeira região aérea de Monsanto. Entretanto, as tropas do COPCON ocuparam a RTP e a Emissora Nacional, os pontos nevrálgicos da capital. Essas iniciativas tinham o objetivo de obter as demissões de Morais e Silva do CEMFGA<sup>52</sup> e de Vasco Lourenço.

Neste ponto, o Grupo dos Nove, apoiado pelos PS e PPD, - e sob a bandeira do espantinho dum golpe da esquerda, influenciou a decisão de uma intervenção militar; os paraquedistas de Tancos foram presos e os militares ligados ao Grupo dos Nove passaram a controlar militarmente o País. Foi o pouquíssimo tempo suficiente para Otelo ser destituído, a Rádio Renascença ser devolvida à Igreja católica e o general Ramalho Eanes – que tinha comandando as operações – se tornar chefe do Estado Maior do Exército. Foi o fim da revolução; e quebrou-se algo na experiência dos jovens revolucionários italianos: “Todos sentíamos que uma temporada ia acabar. Cada um de nós começou a preparar a sua despedida. A maré alta estava levando tudo embora. (...) Hoje revejo alguns [dos camaradas] na televisão, enquanto condenam extremismos e revoluções”<sup>53</sup>.

No dia 28 de Novembro, saiu um longo artigo assinado por Franco Lorenzoni de análise sobre o nível da luta de classes na véspera do 25 de Novembro. O primeiro ponto era sobre a manobra da burguesia para a reapropriação das fábricas, através da militarização do trabalho. Fazia um balanço das lutas operárias e explicava que a partir duma posição reivindicativa, os trabalhadores tinham chegado a por em discussão as relações de classe existentes. A segunda questão era a do desarme da burguesia e do armamento do proletariado, considerado o ponto focal em torno ao qual as vanguardas revolucionárias tinham que se confrontar com a preparação da insurreição. O terceiro problema era o medo da guerra civil e, em conclusão, acusava o PCP de “traição revisionista”. Para além do revisionismo, o PCP era acusado da negociação da ‘normalização’ com Melo Antunes e Costa Gomes. O artigo argumentava no fundo que, depois de ter tomado consciência da vitória da burguesia, a força dos proletários precisava duma indicação da linha revolucionária.

### 3 – O Desencanto?

Os militantes de LC deixaram Portugal: alguém tinha pensado em mudar-se definitivamente para o ‘País mais livre da Europa’ e, ao contrário, muitos tiveram a sensação de que, com vinte anos, já não eram jovens. Vieram para Lisboa para viver um verdadeiro processo revolucionário, viram amadurecer e depois morrer o duplo poder, foram fascinados pelos soldados revolucionários e pelas lutas dos trabalhadores. Sentiram-se importantes como revolucionários que podiam falar com todos e chegar a todo o lado com vinte anos. Tiveram contactos com toda a esquerda revolucionária portuguesa, conheceram Otelo e confiaram nos soldados (o contacto constante foi o comandante Amparo); viveram com tristeza e desencanto o fim da Revolução. Um ano depois, viram acabar também Lotta Continua, em Novembro 1976, mas essa é outra história.

Não sabemos precisamente como e em que medida a experiência em Portugal condicionou a vida daqueles jovens e a maneira deles de interpretar o mundo. Sabemos que

alguns, embora tenham abandonado a atividade política, não se renderam ao desencanto. Apesar de viver em realidades feitas de injustiças, desigualdade, desrespeito das ‘deviações’ com respeito às supostas ‘normalidades’, tentaram reproduzir o que tinham sonhado e que viram em Portugal também, embora durante pouco tempo: o questionamento do poder constituído, a reversão da ordem, a possibilidade de mudar a realidade.

Franco e Sandro eram e são pessoas diferentes, com papéis e responsabilidades diferentes em LC. Como é óbvio, as memórias da militância – embora na mesma organização – variam de pessoa à pessoa e são influenciadas seja pelas próprias experiências de militância, seja pelas escolhas sucessivas, uma vez terminada a atividade em LC. São pessoas que continuaram a levar para frente a possibilidade de subverter alguns aspetos da realidade. Franco o faz através da pedagogia.

Profundamente fascinado por Otelo e pela reversão das medidas clássicas dos golpes, evoca a possibilidade de derrubar as regras estabelecidas entre professor e alunos: “Na prática educativa precisávamos às vezes dum radicalismo que gostava de chamar – em tom de brincadeira – ‘método Otelo’”<sup>54</sup>. Sandro, após a experiência em LC – no serviço de ordem da organização (sendo ‘carne de canhão’ com a qual os chefes não discutiam, como ele sublinha) militou em várias formações perto da autonomia operária e das organizações do internacionalismo inspirado pelo Bordiga.

Sobre o Portugal e aqueles anos, escreveu a obra *Riti di passaggio* - aqui citada - e continua a utilizar a escritura como continuação da sua militância, em perspetiva anticapitalista. Apesar de ter vivido na pele o fim de muitas esperanças, escreveu-me uma frase que, 40 anos depois da Revolução e nesses tempos de Troika e de ‘austeridade’, não parece imprópria: “Acreditava na Revolução, sim! Apesar de tudo ainda acredito nela”<sup>55</sup>.

## Referências

- BOBBIO, Luigi. *Lotta continua: storia di un'organizzazione rivoluzionaria*, 1979.
- BORGES SANTOS, Paula. A greve que Mudou a Revolução: luta laboral e ocupação da Rádio Renascença, 1974-75. In: VARELA, Raquel et al (Eds). *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand. 2012. p. 199 – 211.
- DUARTE DE JESUS, José. *A Guerra Secreta de Salazar em África. Aginter Press. Uma Rede Internacional de Contra-Subversão d Espionagem Sediada em Lisboa*. 2012.
- FONTES, Jorge. Greves e Conflitos Sociais na Lisnave. In: VARELA, Raquel. et al (Eds). *Greves e Conflitos Sociais em Portugal No Século Xx*. Lisboa: Colibri/IHC/FCSH/UNL. 2012. p. 189-199.
- MOISO, Sandro. *Riti di passaggio*. 2010.
- NORONHA, Ricardo. Lutas sociais e nacionalizações (1974-75). In: VARELA, Raquel. et al (Eds). *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Colibri/IHC/FCSH/UN. 2012. p. 225 – 237.
- ROSAS, Fernando. Notas para um debate sobre a Revolução e a democracia. In: VARELA, Raquel. *Revolução ou transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. 2012. Lisboa: Bertrand. 2012, p. 251- 283.
- VARELA, Raquel. *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. 2011.

## Notas

<sup>1</sup> Pós-doutora. Investigadora no Instituto de História Contemporânea, FSCH, Universidade Nova de Lisboa. Endereço e-mail: [baluginare@hotmail.com](mailto:baluginare@hotmail.com)

<sup>2</sup> Sandro Moiso, *Riti di Passaggio*, <http://www.carmillaonline.com/?s=riti+di+passaggio>.

Para uma interpretação da Revolução como susto sofrido pelas classe dominantes ver: Fernando Rosas, “Notas para um debate sobre a Revolução e a democracia”, em: *Revolução ou transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*, (Raquel Varela ed.), Lisboa, Bertrand 2012, pp. 251- 283. O autor argumenta sobre o medo e as suas consequências no Portugal contemporâneo: «O “25 de abril” foi o “grane susto” dos que se tinham habituado a ver o Mundo aos seus pés. (...). O “grande medo” não acabou, como então se pretendia, com os oligarcas, mas talvez tenha contribuído para a modernização da cultura política e social das suas elites.» (p. 267).

<sup>3</sup> Bandeiras de luto pela carcaça de Franco. Disparos sobre os jovens antifascistas. Já estamos fartos.

<sup>4</sup> Daqui em diante: LC.

<sup>5</sup> Existem várias obras, da caracter historiográfico, jornalístico e memorialístico, sobre Lotta Continua e os outros grupos da esquerda revolucionária italiana de pós Sessenta e Oito. Aqui vamos apenas mencionar a história de LC escrita por um dos seus dirigentes. Ver: L. Bobbio, *Lotta continua: storia di un'organizzazione rivoluzionaria*, Savelli, Roma 1979. Sobre o impacto da Revolução portuguesa, que depois de Março 1975 tornou-se a bandeira de LC, ver pp. 153- 156.

<sup>6</sup> *Caduta di una dittatura e nuove contraddizioni*, LC, 27 Abril 1974.

<sup>7</sup> *Gli impegni dell'imperialismo Usa dietro il nuovo governo di Lisbona*, LC, 28 Abril 1974. *Al carcere di Caxias escono i politici entrano i torturatori della Pide*, LC, 28 Abril 1974. *Si prepara un grandioso primo maggio*, LC, 30 Abril 1974. *Via per sempre il fascismo e il colonialismo*, LC, 2 Maio 1974.

<sup>8</sup> *700.000 garofani rossi a Lisbona*, LC, 3 Maio 1974.

<sup>9</sup> Franco Lorenzoni, entrevista do dia 3 de Dezembro 2013. Daqui em diante: F.L.

<sup>10</sup> *L'avvio di un processo*, LC, 5 Maio 1974.

<sup>11</sup> *Dieci anni di sconfitte nella guerra coloniale*, LC, 7 Maio 1974.

<sup>12</sup> *Ricostruzione nazionale o lotta di classe?* LC, 8 Maio 1974.

<sup>13</sup> F.L.

<sup>14</sup> *Dall'epurazione dei torturatori della Pide nuove accuse al Sid per la strage di Stato*, LC, 26 Maio 1974. Os jornalistas italianos Corrado Incerti, Sandro Ottolenghi e Piero Raffaelli fizeram as reproduções dos documentos da Aginter Press, encontrados na prisão de Caxias, e fizeram uma reconstrução da ampla rede da agência e de recrutamento numa série de artigos publicados no semanário *L'Europeo* em Novembro 1974. Ver: “*Siamo entrati nel carcere di Lisbona e abbiamo fotografato i documenti proibiti*”, disponível on-line: [www.uonna.it/aginter-presse.htm](http://www.uonna.it/aginter-presse.htm). Este e outros documentos de *L'Europeo* são citados numa recente publicação sobre a Aginter Press, que esclarece também os contactos com os agentes italianos, para além de fornecer uma reconstrução da rede internacional: José Duarte de Jesus, *A guerra secreta de Salazar em África. Aginter Press. Uma rede internacional de contra-subversão e espionagem sediada em Lisboa*, Dom Quixote, Alfragide 2012.

<sup>15</sup> *Spinola e Cunhal d'accordo: è l'ora dell'ordine e della disciplina*, LC, 2 Junho 1974.

<sup>16</sup> *Crisi di governo sulla guerra coloniale*, LC, 12 Julho 1974.

<sup>17</sup> *A quattro mesi dal 25 aprile*, LC, 24 Julho 1974.

<sup>18</sup> *La libertà è lottare contro il capitale, scoprono preoccupati gli americani*, LC, 4 Setembro 1974.

<sup>19</sup> *Grande manifestazione degli operai della Lisnave*, LC, 21 Setembro 1974.

<sup>20</sup> *La destra si stringe intorno a Spinola*, LC, 27 Setembro 1974.

<sup>21</sup> F. Lorenzoni, “Le prime fasi del processo rivoluzionario portoghese”, *Quaderni Piacentini*, n. 53-54, XIII, pp. 97-122.

<sup>22</sup> *I giorni della vittoria proletaria*, LC, 15 Outubro 1974.

<sup>23</sup> F.L.

<sup>24</sup> Id.

<sup>25</sup> Id.

<sup>26</sup> Sobre as greves na Lisnave durante o PREC ver: Jorge Fontes, “Greves e Conflitos sociais na Lisnave”, em: *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*, (eds. R. Varela, J. Dias Pereira, R. Noronha), Lisboa, Colibri 2012, pp. 194-197.

- <sup>27</sup> *Il saluto di un compagno portoghese al Congresso. Le lotte operaie nella crisi portoghese*, LC, 11 Janeiro 1975.
- <sup>28</sup> *Il Portogallo chiama alla lotta contro la reazione*, LC, 12 Março 1975.
- <sup>29</sup> Sobre as nacionalizações ver: Ricardo Noronha, “Lutas sociais e nacionalizações (1974-75)”, em: *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*, cit., pp. 225-236.
- <sup>30</sup> *I soldati formano consigli nelle caserme. Occupate le società di assicurazione*, Lc, 16-17 Março 1975.
- <sup>31</sup> Sobre o VII Congresso do PCP, em Outubro 1974, o primeiro realizado na legalidade, ver: Raquel Varela, *A história do PCP na Revolução dos cravos*, Bertrand, Lisboa 2011, pp. 116-128.
- <sup>32</sup> *Sì, la vostra democrazia è in pericolo*, LC, 14 Março 1975.
- <sup>33</sup> *I comunisti, il Pci e il Portogallo*, LC, 27 Março 1975.
- <sup>34</sup> *Siamo qui per dimostrare che il proletariato italiano è al vostro fianco. Non ci sarà un altro Cile in Europa*”, LC, 3 Abril 1975.
- <sup>35</sup> No dia 19 de Maio, os trabalhadores do jornal República demitiram o diretor Raul Rego, acusado de ter tornado o diário o órgão do PS. Em 25 de Maio, os trabalhadores ocuparam as instalações da Rádio Renascença, propriedade do episcopado. Sobre a ocupação da Rádio ver: Paula Borges Santos, “A greve que mudou a revolução: luta laboral e ocupação da Rádio Renascença, 1974-75”, em: *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*, cit., pp. 199-210.
- <sup>36</sup> F.L.
- <sup>37</sup> Desde Março 1975, estava no cargo o IV governo provisório, chefiado por Vasco Gonçalves.
- <sup>38</sup> *Si allarga l'opposizione operaia alla svolta moderata del governo*, LC, 15 Julho 1975.
- <sup>39</sup> Sandro Moiso, *Riti di Passaggio*, <http://www.carmillaonline.com/?s=riti+di+passaggio>.
- <sup>40</sup> O *Documento Melo Antunes* foi divulgado a partir do dia 7 de Agosto; tinha o apoio do Grupo dos Nove e das forças moderadas em oposição ao *Documento Guia Povo/MFA* do começo de Julho. No dia 12 de Agosto aparece depois o *Documento do COPCON*, em oposição ao documento do Grupo dos Nove.
- <sup>41</sup> *Oltre centomila alla grandiosa manifestazione rivoluzionaria di Lisbona*, 21 Agosto 1975.
- <sup>42</sup> *Fragilità del “fronte”, nonostante l'ampiezza della partecipazione, nella prima manifestazione pubblica*, Lc, 29 Agosto 1975. A frente (PCP, MDP, MES, PRP-BR, LCI, LUAR, FSP) em final de Agosto votou a expulsão do PCP por causa da posição do partido em relação ao PS e ao Grupos dos Nove.
- <sup>43</sup> *Si moltiplicano e si aggravano colpi di mano e fratture nelle forze armate*, LC, 5 Setembro 1975.
- <sup>44</sup> *Il VI governo è fatto. È socialdemocratico e provvisorio*, LC, 16 Setembro 1975.
- <sup>45</sup> *Sul Portogallo*, LC, 19 Setembro 1975.
- <sup>46</sup> *Portogallo: a che punto siamo*, LC, 26 Setembro 1975.
- <sup>47</sup> *Lo schifo che ci fa Mario Soares*, LC, 9 Outubro 1975.
- <sup>48</sup> Um mês antes da proclamação da independência nacional, o leader do MPLA Agostino Neto declarou que a liberdade não era uma concessão, mas a conquista dum povo em armas. Ver: *Il MPLA lancia l'offensiva generale*, LC, 17 Outubro 1975.
- <sup>49</sup> LC, 18 Outubro 1975.
- <sup>50</sup> LC, 21 Outubro 1975.
- <sup>51</sup> *Gli edili hanno messo in ginocchio il governo Azevedo*, LC, 15 Novembro 1975.
- <sup>52</sup> Chefe do Estado Maior - General das Forças Armadas.
- <sup>53</sup> Sandro Moiso, *Riti di Passaggio*, <http://www.carmillaonline.com/?s=riti+di+passaggio>.
- <sup>54</sup> Franco Lorenzoni. Entrevista de 24 de Janeiro 2014.
- <sup>55</sup> Sandro Moiso. Entrevista de 30 de Junho 2014.

Recebido em julho/2014  
Aprovado em julho/2014